

Na pandemia, Salles já passou parte da 'boiada'

Sugestão do ministro para que governo aproveite o coronavírus e simplifique normas ambientais já está sendo posta em prática. Medidas vão de afrouxamento a exportações de madeira nativa a anistia a desmatadores

LEANDRO PRAZERES
leandro.prazeres@fcb.org.br
BRASILIA

A sugestão do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, para o governo aproveitar as atenções da imprensa voltadas ao Covid-19 e assim "passar a boiada", simplificando normas ambientais no Brasil, provocou críticas entre ambientalistas no Brasil e no exterior. O GLOBO reuniu as principais mudanças feitas pelo governo na área ambiental — de afrouxamento na fiscalização de exportação de madeira nativa até a anistia a desmatadores da Mata Atlântica — enquanto o número de mortes pela Covid-19 aumentava.

Durante a reunião, Salles sugeriu que o governo unisse "esforços" para aproveitar o momento em que a atenção da mídia estava voltada à pandemia para passar reformas "infragais", aquelas que não pre-

cisam de aprovação do Congresso e podem ser feitas por meio de portarias, instruções normativas, decretos. A declaração se tornou pública com a divulgação, na quinta-feira, do vídeo da reunião ministerial, de 22 de abril.

MATA ATLÂNTICA AMEAÇADA

Um dos casos mais emblemáticos das mudanças "infragais" citadas por Salles na reunião foi o despacho no qual reconhece como locais de ocupação consolidada as áreas de preservação permanente (APPs) desmatadas até julho de 2008. A medida permite o retorno de atividades agropecuárias nessas áreas e tem impacto na preservação da Mata Atlântica, bioma mais devastado do Brasil. E abre brecha para a anistia de proprietários multados por desmatamento.

A medida foi questionada na Justiça pelo Ministério Público Federal (MPF) e

mencionada pelo ministro na reunião, quando enfatizou a necessidade de uma dobradinha com a Advocacia-Geral da União (AGU).

O emaranhado de regras irracionais atrapalha o país, disse o ministro

Um dia antes da confirmação do primeiro caso de Covid-19, em 25 de fevereiro, terça-feira de carnaval, o presidente do Ibama, Eduardo Bim, liberou as exportações de madeira nativa sem autorização do Ibama, após pedido de duas associações de madeireiros do Pará.

Em março, ainda em meio à repercussão da liberação da exportação de madeira, o presidente do Ibama assinou portaria em que restringiu o aces-

so de servidores do órgão à imprensa. Medida tratada internamente com uma "mordada" a funcionários contrários à gestão de Bim e Salles.

Outro exemplo de mudança infragale foi a reestruturação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão de 334 unidades de conservação no país, que entrou em vigor este mês.

O governo reduziu de 11 para cinco as gerências do instituto e abriu a possibilidade das gerências serem ocupadas por pessoas de fora do órgão. Hoje, das cinco gerências do ICMBio, uma é ocupada por agente de carreira, as demais estão a cargo de policiais militares.

No mesmo dia no qual Salles sugeria que o governo aproveitasse o momento para "passar a boiada", a Funai publicou instrução normativa que permite a regularização de fazendas em áreas que fazem parte de

terras indígenas em processo de homologação. Como o processo demora anos, o risco é que, quando a terra seja homologada, boa parte esteja desmatada. Uma reivindicação antiga de ruralistas com os quais Salles tem proximidade.

DEMISSÃO NO IBAMA

Entre as decisões de Salles que causaram mais ruído está a demissão, em 14 de abril, do então diretor de fiscalização do Ibama, Olivaldi Azevedo, após operações do órgão contra garimpeiros que atuavam em terras indígenas.

Este mês, em outra medida infragale, o presidente Jair Bolsonaro decretou a segunda operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para combater crimes ambientais na Amazônia. O decreto determinou que Ibama e ICMBio ficassem subordinados às Forças Armadas nas operações realizadas durante a GLO.

Na avaliação do coordenador de políticas públicas do Greenpeace no Brasil e secretário-executivo do Observatório do Clima, Márcio Astrini, a fala de Salles soa como uma convocação a uma "força-tarefa" de destruição do meio ambiente. Para ele, a fala do ministro deixa claro que ele sabia estar fazendo algo errado:

— Salles sabia que, para evitar problemas jurídicos, precisaria encomendar pareceres jurídicos junto à AGU. É um absurdo por si só.

Questionado, Salles defendeu, via nota do Ministério do Meio Ambiente, que "regras irracionais" atrapalham o país. "Sempre defendi desburocratizar e simplificar normas, em todas as áreas, com bom senso e tudo dentro da lei. O emaranhado de regras irracionais atrapalha investimentos, a geração de empregos e, portanto, o desenvolvimento sustentável no Brasil."

Mudanças nas regras já em vigor

> **Anistia a desmatadores.** Em abril, Salles assinou despacho com base em parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) abrindo brecha a anistia de multas aplicadas a desmatadores de áreas de preservação permanente da Mata Atlântica.

> **Exportação de madeira nativa sem autorização do Ibama.** Em

fevereiro, o presidente do Ibama, Eduardo Bim, acabou com a obrigatoriedade de autorização do órgão para exportação de madeira retirada de floresta nativa, mecanismo que reduzia a retirada de áreas ilegais.

> **"Mordada" a servidores.** Em março, a presidência do Ibama proibiu servidores do órgão de falar

com a imprensa sem autorização, após vazamento de documentos sobre liberação de exportação de madeira nativa sem aval do órgão.

> **Militarização do ICMBio.** Em maio, entrou em vigor a mudança na estrutura do ICMBio. As 11 gerências do órgão foram reduzidas a cinco, e quatro passaram a ser comandadas

por policiais militares. Centenas de cargos de chefia do órgão passaram a ser ocupados por pessoas de fora da administração pública.

> **Submissão do Ibama e ICMBio aos militares.** Em maio, o presidente Bolsonaro decretou uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para combater crimes ambi-

entais na Amazônia. Agora, ICMBio e Ibama estão subordinados às Forças Armadas nas operações realizadas durante a GLO.

> **Demissão de fiscais.** Após operações do Ibama contra garimpeiros em terras indígenas no Pará, Salles demitiu o comando da área de fiscalização e proteção do órgão.

O TERCEIRO LIVRO DA SÉRIE BEST-SELLER DE POESIA TEXTOS CRUÉIS DEMAIS PARA SEREM LIDOS RAPIDAMENTE





Após o sucesso absoluto dos dois primeiros volumes, Igor Pires retorna em mais uma coletânea inédita de textos poéticos, desta vez sobre as características das complexas fases que perpassam os relacionamentos. Dividido em quatro partes, *O FIM EM DOSES HOMEOPÁTICAS* explora de modo sensível o inevitável fim. O livro conta ainda com as belas ilustrações de Anália Moraes (Casa Dobra).

NAS LIVRARIAS ON-LINE E EM E-BOOK

Alt